

6º ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA
Sessão Temática: h. Políticas Públicas

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UMA ANÁLISE DA FREQUÊNCIA E DO
DESEMPENHO ESCOLAR EM SÃO LEOPOLDO (RS) – 2006-2010**

Luciana Piovesan¹
Angélica Massuquetti²

Resumo: O objetivo do estudo foi avaliar o reflexo da condicionalidade frequência escolar do Programa Bolsa Família como um instrumento de aumento no desempenho escolar dos alunos das escolas municipais de São Leopoldo (RS) no período 2006-2010. A metodologia empregada foi a revisão bibliográfica, a consulta a dados secundários e entrevistas na Secretaria Municipal de Educação de São Leopoldo (SMED) e nas escolas E.M.E.F. Professora Maria Gusmão de Brito e E.M.E.F. João Belchior M. Goulart. Os resultados revelaram que o meio em que o aluno vive é determinante para o seu desempenho escolar. Na escola com o pior IDEB (Goulart), a evasão e a reprovação são bem maiores que na escola com melhor IDEB (Gusmão), embora se perceba uma tendência à redução, pelo menos nas séries iniciais do ensino fundamental. Ao analisar a realidade das duas escolas de São Leopoldo, observou-se que a seleção dos beneficiados do programa é coerente com a natureza do programa, pois a escola com maior número de alunos beneficiados pelo PBF (Goulart) é aquela situada em um bairro com pessoas em situação de vulnerabilidade social maior.
Palavras-Chave: Bolsa Família; Condicionalidade; Frequência Escolar.

1 INTRODUÇÃO

O Programa Bolsa Família (PBF), criado em outubro de 2003 e formalizado pela Lei 10.836, de 9 de janeiro de 2004, tem o objetivo de diminuir a pobreza e a desigualdade social no país e consiste em uma transferência direta de renda às famílias que apresentam determinadas características e se submetem às condições impostas pelo programa. Assim, seu foco de ação é a população brasileira que vive em condições de pobreza. O PBF unificou alguns programas sociais, como, por exemplo, bolsa escola, bolsa alimentação, vale gás e cartão alimentação (SILVA, 2007). O PBF, de acordo com Hoffmann (2005), vem reduzindo, desde 2003, a desigualdade na distribuição de renda no país.

Em 2004, no Brasil, o valor de repasse total foi de R\$ 5,5 bilhões, enquanto em 2010 este valor chegou a R\$ 14,6 bilhões (aumento de 165%). O estado do Rio Grande do Sul teve um crescimento de 128% no repasse de recursos durante o mesmo período³ (PORTAL, 2011).

¹ Economista pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Av. Unisinos, 950, São Leopoldo, 93.022-000, RS. Endereço eletrônico: lucy.piovesan@bol.com.br

² Doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Professora do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Av. Unisinos, 950, São Leopoldo, 93.022-000, RS. Endereço eletrônico: angelicam@unisinos.br

³ São Leopoldo passou de R\$ 6,9 milhões, em 2004, para R\$ 9,9 milhões em 2010, com um aumento de 43% (PORTAL, 2011).

Em 2004, havia 6,5 milhões de famílias beneficiadas pelo Programa no Brasil e 290,66 mil famílias beneficiadas no estado do Rio Grande do Sul, o que representava 4,47% do total. Em setembro de 2010, 12,7 milhões de famílias foram beneficiadas no país e 453,76 mil no estado, representando 3,57% do total de famílias beneficiadas. O crescimento no Brasil foi de 95,38%, de 2004 para 2010, e no estado foi de 56,11%, no mesmo período⁴ (MDS, 2011d).

No entanto, nos campos, acadêmico e político surgem questionamentos quanto à sua real eficiência. Alega-se que pode ocorrer um desestímulo da população beneficiada pela busca de trabalho no mercado formal a partir do momento em que ocorre uma troca da renda proveniente do trabalho pela renda oriunda de transferências do governo (SOARES, 2006). O programa, visando evitar esse desestímulo, propõe a quebra do ciclo de pobreza não só pela transferência de renda, mas pelas condicionalidades impostas, como o cumprimento de ações em educação, saúde e assistência social.

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2004, o comportamento das pessoas incluídas no programa vem mudando, já que ao entrar no mundo do consumo, com a renda que ganham do governo, procuram trabalho, visando melhorar ainda mais as condições de vida que vislumbram. Além disso, pode-se observar uma inclusão concreta no mundo do consumo para milhares de famílias. Uma parcela da sociedade, contudo, questiona a eficiência dos programas de transferência de renda para parte da população que vive em condições de pobreza. O principal argumento que fundamenta este questionamento é a acomodação dessas pessoas e a troca da renda gerada pelo seu trabalho pelo benefício oferecido pelo governo. Além disso, as condicionalidades exigidas pelo programa são muito simples e sem rigor, não caracterizando uma contrapartida de esforço das famílias beneficiadas. As mudanças de hábitos relativos à cultura, à educação e à saúde esperadas não têm relação direta com as condições exigidas. É no mínimo intrigante que sejam impostas condicionalidades que equivalem a direitos do cidadão. Não basta levar a criança até a escola, é preciso motivá-la a se empenhar e agregar capital humano.

A partir dessas questões, esta pesquisa pretende analisar o PBF, que é um instrumento de combate à pobreza e à redução da desigualdade de renda da população mais pobre do país, além de estimular a frequência e o desempenho escolar dos beneficiados pelo programa. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é avaliar o reflexo da condicionalidade frequência

⁴ São Leopoldo teve um crescimento de 7,59 mil famílias, em 2004, para 9,12 mil famílias, em 2010 (MDS, 2011d).

escolar, do Programa Bolsa Família, como um instrumento de aumento no desempenho escolar dos alunos das escolas municipais de São Leopoldo (RS) no período de 2006 a 2010.

Em relação à região de estudo, de acordo com o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE), de 2009, o Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) Vale do Rio dos Sinos⁵ está classificado na terceira posição no *ranking* estadual de desenvolvimento socioeconômico, com um índice 0,792. Apesar de a região apresentar um médio desenvolvimento, são necessárias políticas públicas que melhorem a qualidade de vida da população e a educação é uma delas, já que o Conselho alcança apenas a 15ª posição no *ranking* estadual no Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) Educação (0,869). O município de São Leopoldo apresenta apenas a sétima colocação no *ranking* do COREDE no IDESE Educação e a sexta posição no *ranking* do IDESE Geral, instigando a verificar a efetividade dos programas sociais do governo no combate às desigualdades sociais.

Este artigo foi elaborado a partir de uma revisão bibliográfica, da consulta a dados do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Fundação de Economia e Estatística (FEE) e entrevistas na Secretaria Municipal de Educação de São Leopoldo (SMED) e nas escolas E.M.E.F. Professora Maria Gusmão de Brito e E.M.E.F. João Belchior M. Goulart, realizadas entre 8 e 10 de novembro de 2011. Estas escolas apresentaram, respectivamente, o melhor e o pior IDEB no município, em 2009.

Este estudo está estruturado em quatro seções, considerando a introdução e as considerações finais. A segunda seção relaciona a condicionalidade educação com a frequência escolar, o investimento em capital humano e a qualidade da educação. A terceira seção analisa os resultados obtidos a partir de entrevistas e dados sobre a educação no município de São Leopoldo.

2 EDUCAÇÃO E AUMENTO DA FREQUÊNCIA ESCOLAR

De acordo com Silveira Neto (2010), além de ter contribuído para diminuir a desigualdade de renda brasileira, o PBF também contribuiu para melhorar os indicadores educacionais. O autor, analisando dados de 2004 sobre a frequência de crianças de 7 a 14 anos no país a partir de grupos de crianças beneficiadas e não beneficiadas, concluiu que o programa aumentou, aproximadamente, 2,2 p.p. a frequência escolar dessas crianças. Entretanto, faz ressalvas quando o resultado é comparado entre a região Sudeste e a Nordeste.

⁵ O COREDE Vale do Rio dos Sinos é formado por 14 municípios: Araricá, Campo Bom, Canoas, Dois Irmãos, Estância Velha, Esteio, Ivoti, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Portão, São Leopoldo, Sapiranga e Sapucaia do Sul.

Segundo o autor, no Sudeste o aumento de frequência, em função da condicionalidade do PBF, é em torno de 1,5 p.p., concluindo que o impacto da elevação na frequência escolar é maior no Nordeste.

Se comparado o resultado da primeira avaliação de impacto do PBF (AIBF I), realizada pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional de Minas Gerais (Cedeplar), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com dados de 2005, com a segunda avaliação (AIBF II), desenvolvida pelo consórcio entre o Instituto Internacional de Pesquisa sobre políticas Alimentares (IFPRI) e o Instituto Datamétrica, com dados de 2009, o reflexo do PBF na educação chegou a 4,4 p.p. na frequência escolar de crianças entre 6 a 17 anos beneficiadas pelo Programa em relação às não beneficiadas. O índice de progressão para crianças de 6 a 17 anos é de 6,0 p.p., maior nas beneficiadas do que nas não beneficiadas (TAPAJÓS et al., 2010).

2.1 INVESTIMENTO EM CAPITAL HUMANO

Para enfrentar e quebrar o ciclo da pobreza, o investimento em capital humano se faz necessário, porém, de acordo com Silva, Brandão e Dalt (2009), será que as escolas, “próximas” a essas crianças engajadas no PBF, que cumprem a condicionalidade da frequência escolar, têm a qualificação e a estrutura para, realmente, influenciar e motivar estas crianças ao enfrentamento da pobreza através do ensino, da qualificação e do trabalho? Ou são escolas em áreas de risco, precárias e que desqualificam a condicionalidade do programa? Até que ponto uma educação sem qualidade auxilia na quebra do ciclo da pobreza ou reproduz as desigualdades que já existem? Essas indagações certamente têm seus fundamentos, mas não se pode esquecer que o simples fato de sair de casa e conviver com outras crianças e com professores que, mesmo desmotivados, estão num patamar socioeconômico melhor que o seu, pode despertar na criança o desejo de progredir na escala social. É claro que nem todas as crianças despertarão para seguir exemplos e melhorar de vida, mas pelo menos conhecerão outros estilos e padrões que poderão, no futuro, motivá-las a aprender o que não aprenderam na escola.

A valorização da educação por parte da família é um aspecto importante para que o objetivo do programa tenha sucesso, porém é exatamente essa valorização um dos fatores decisivos neste processo, que não é só erradicar a pobreza e a fome, mas dar melhores condições para essas crianças e seus futuros herdeiros. Ao se falar em herança, os estudantes beneficiados pelo programa, em sua maioria, têm pais ou responsáveis com pouca escolaridade e baixo nível cultural. Neste aspecto, há uma dificuldade a mais em valorizar o

ensino pelo que ele pode trazer futuramente, devido à bagagem cultural e não ao auxílio mensal, condicionado, que o governo oferece (SILVA; BRANDÃO; DALT, 2009).

Observa-se que é contraditória a estrutura de “cobrança” das condicionalidades de educação do PBF (a condicionalidade prevê 85% de frequência para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos e 75% de frequência mínima para adolescentes de 16 e 17 anos), já que o acesso à escola é um direito dos indivíduos. Outro aspecto destacado por Currello et al. (2010) é que o cancelamento do benefício ocorre apenas após quatro descumprimentos no prazo de 18 meses, permitindo que a criança ou o adolescente fique fora da escola um ano todo.

O acompanhamento das condicionalidades permite ao governo mapear e chegar às áreas onde os beneficiados pelo programa não estão cumprindo com a condicionalidade não por sua opção, mas porque aquele serviço não lhe é ofertado. Conforme Currello et al. (2010, p.155), “havia nos meses de abril e maio de 2010 mais de 6 mil crianças e adolescentes sem oferta dos serviços educacionais”.

Este aspecto do acompanhamento de condicionalidade é importante, tendo em vista que mostra onde estão às famílias extremamente vulneráveis e que sequer tem acesso ao direito de todos, a educação, que deve ser garantido pelo Estado conforme o Art.6º da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2011). O acompanhamento da condicionalidade frequência escolar é feito no Sistema Presença. O Ministério de Educação e Cultura (MEC) é o responsável pela gestão e acompanhamento da condicionalidade em educação: matrícula e frequência. Este controle é feito pelo Ministério em parceria com as áreas de educação dos estados e municípios (MEC, 2011). Quando do descumprimento das condicionalidades do PBF, ocorrem quatro etapas até o cancelamento de benefício: 1) a família é advertida se não cumprir a condicionalidade; 2) o benefício fica bloqueado por 30 dias; 3) ocorre uma suspensão por 60 dias; e 4) ocorre o cancelamento do benefício e a retirada da família do programa.

As condicionalidades servem para exercitar a mudança de hábito e promover a conscientização de que através do investimento em capital humano há melhores perspectivas de inserção socioeconômica. A falta de rigor na cobrança das condicionalidades parece não levar à mudança de hábitos desejada, pois a inserção no mercado de trabalho é exigente com relação à frequência e aos horários que devem ser cumpridos pelo funcionário.

De acordo com Mendes e Porto Junior (2011), a desigualdade de renda é uma das principais causas da pobreza no país. O Brasil, em 2001, estava entre os cinco países com maior concentração de renda. Com as políticas de transferência de renda condicionada o

governo vem apostando em mudanças a partir de investimento em capital humano. E diante da condicionalidade frequência escolar mínima para alunos beneficiados pelo programa “impõe” o investimento em capital humano. Para Bludel et al. (1999 apud MENDES; PORTO JR., 2011, p. 3): “O capital humano é um fator de produção que é constituído de 3 fatores: habilidades adquiridas através de treinamento, habilidades inatas do indivíduo e qualificações ou conhecimentos adquiridos através da educação”.

Diante disso, Mendes e Porto Junior (2011) afirmam que algumas pessoas acreditam que adquirindo mais “capital humano” aumentariam suas rendas. Também isso passa a ser a justificativa para o governo vincular a renda transferida ao esforço por parte do beneficiado e de sua família em levar a criança ou adolescente à escola. Frequentar a escola deveria aumentar o conhecimento dos alunos e treiná-los, preparando-os para o mercado de trabalho.

Ao implantar a condicionalidade frequência escolar, o governo e alguns pesquisadores, diante do potencial de sucesso que a medida tem, não consideraram que estes “alunos” (crianças e adolescentes) que não frequentavam a escola e agora passam a ir podem não necessariamente estar dedicando esforços suficientes para aquisição de capital humano. Não basta somente frequentar as aulas, já que é necessário um ensino de qualidade que só será obtido com esforço tanto dos professores como com a dedicação inclusive extraescolar do aluno (MENDES; PORTO JR., 2011).

Para Mendes e Porto Junior (2011), portanto, correlacionar frequência escolar a aumento de capital humano pode ser um equívoco. Esta relação somente se dá caso o aluno se esforce, caso contrário, estará somente frequentando a escola e não somando conhecimento. Os autores questionam se os alunos vão à escola devido à condicionalidade exigida pelo programa e se estes realmente se esforçam para aprender.

Mendes e Porto Junior (2011) sugerem que as políticas públicas que incentivam a criação de capital humano deveriam incentivar e possibilitar que o indivíduo escolhesse um máximo de esforço e não uma alta frequência escolar. De acordo com o estudo dos autores, o aluno está motivado, ou seja, remunerado para frequentar a escola, mas não está incentivado ou renumerado e nem “obrigado” a manter algum tipo de esforço, o que então pode não estar resultando em acréscimo de capital humano.

Cotta e Paiva (2010, p. 77) mencionam o Projeto de Lei nº 247/2009, do senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), que propõe que se pague aos alunos que tiverem um “desempenho acadêmico acima da média apurada em avaliação realizada pelo órgão federal competente”, um benefício variável adicional. Este projeto parece válido quando se argumenta que só frequentar as aulas não significa sucesso escolar. Mendes e Porto Junior

(2011) haviam afirmado que somente aumentar a frequência escolar não significa aumentar o capital humano. Então, seria uma solução remunerar esse aluno não somente pela frequência, mas também pelo desempenho.

Aqui há uma questão delicada, pois como responsabilizar estes alunos que vivem em ambientes e famílias com poucas condições socioeconômicas? Como deixar estas crianças e adolescentes com o “fardo” de aumentar a renda da família? Seria justo remunerá-los para que tirem notas boas? Parece contraditório forçar estes indivíduos para que aumentem a renda familiar com seu estudo acima da média, sendo que pela realidade que vivem a tendência seria contrária. Este tipo de incentivo poderia causar atritos nas famílias, pois estaria no esforço em aumentar o rendimento escolar da criança o aumento da renda da família (COTTA; PAIVA, 2010).

Deve-se observar que o tempo de aprendizado e o resultado escolar medidos por notas são subjetivos, pois cada aluno tem seu tempo de aprendizado. Em segundo lugar, tenderia a incentivar a competição e, quase com certeza, passaria a remunerar melhor aqueles que têm melhores condições familiares ou de estrutura escolar, caindo, por conseguinte, num aumento da defasagem social. Em terceiro lugar, deve-se considerar o histórico do desenvolvimento pessoal de cada criança, suas experiências, suas conquistas e seus fracassos que fazem dela um ser único com velocidade e tempo de aprendizados únicos e diferenciados de seus colegas, mesmo aqueles que compartilham as mesmas condições socioeconômicas. Finalmente, colocar sobre os ombros da criança a responsabilidade do aumento da renda da família remete ao trabalho infantil, dado à criança o papel e a responsabilidade de provimento do orçamento familiar, responsabilidades que não são suas.

Basta, portanto, a exigência da frequência para que a criança entre em contato com um mundo diverso do seu e que pode despertá-la para a mudança. É claro que quanto melhor for a condição da escola, do professor e do entorno, melhor será o resultado. Isto, porém, não é mais responsabilidade do PBF, mas do gestor público do local em questão.

As opiniões por parte dos agentes e defensores dos direitos humanos são claras com relação às condicionalidades do PBF: condenam o Estado por vincular o direito a renda e à alimentação ao cumprimento de uma condicionalidade e julgam gravíssima a exclusão de uma família do PBF por não cumprir com alguma exigência do programa. Assim, consideram o Estado com uma cultura autoritária, paternalista e não emancipatória (COTTA; PAIVA, 2010). De acordo com os autores, os defensores dos direitos humanos acreditam ser o Estado o único responsável pela prestação de serviços públicos universais e de qualidade. Não admitem que esta responsabilidade também seja dos cidadãos.

Frente ao quadro precário dos serviços públicos ofertados à população pobre e vulnerável, defendem o direito dessas famílias não quererem utilizar estes serviços. Assim, recriminam condicionar a transferência da renda e o uso destes serviços públicos de saúde e educação, precários, de má qualidade e que ainda “submetem os cidadãos a situações que ferem sua dignidade” (COTTA; PAIVA, 2010, p. 73).

Segundo Cotta e Paiva (2010), a posição no debate sobre o PBF dos agentes defensores dos direitos humanos é compreensível, porém discutível. Para eles seria mais “justa” a instituição da renda básica de cidadania, pois ela engloba a população como um todo e não é condicionada. Mas, no Brasil, não há um consenso sobre as transferências diretas de renda serem consideradas direito universal sem nenhum tipo de condicionalidade. Há quem defenda que as condicionalidades exigidas pelo PBF têm obtido resultados positivos mesmo quando há o desligamento da família pelo não cumprimento de condicionalidades, pois isto permite a identificação e o acompanhamento dessas famílias por profissionais de assistência social, que hoje, devido ao Programa, trabalham integrados com serviços de saúde e educação, detectando problemas no fornecimento desses serviços e acabam por promover a interação entre órgãos do governo. Como resultado, há a garantia, para essas famílias em situação de vulnerabilidade, o direito e o acesso aos serviços públicos básicos (COTTA; PAIVA, 2010).

As condicionalidades contribuem positivamente no que tange à pressão ao poder público para melhorar a qualidade e a capacidade dos serviços públicos, pois o PBF detecta onde não há oferta dos serviços e não havendo o cumprimento da condicionalidade por não haver oferta do serviço, a família não pode ser punida. Então, há a identificação de locais onde a população não tem acesso aos seus direitos, que são deveres do Estado, ou seja, dar acesso à saúde e à educação à população do país.

2.2 QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2010, desenvolveu uma pesquisa com 2.773 pessoas no Brasil, sendo que essa amostra foi definida a partir de dados da PNAD de 2008. A pesquisa foi realizada com o intuito de buscar dados sobre a qualidade da educação pública no Brasil. De acordo com esse estudo, 48,7% do total concordam que melhorou, enquanto 24,2% acham que piorou e 27,4% acreditam que continua igual. Esse percentual grande de pessoas que acham que a educação melhorou pode ter relação com Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) brasileiro, que vem melhorando conforme últimos dados: 4,2%, em 2007, para 4,6%, em 2009, para as séries iniciais do

ensino fundamental; e para os anos finais, que era, em 2007, de 3,8% e, em 2009, passou para 4,0% (IPEA, 2011).

No ano de 2007, o Instituto Nacional de Estudos e de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) criou o IDEB. Este índice, que varia de zero a dez, onde zero é a pior nota e dez a melhor, faz parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). A aprovação e a evasão, que integram a taxa de rendimento escolar, e o desempenho dos alunos no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e na Prova Brasil compõem os dados para este cálculo. Este sistema de cálculo é eficiente em relação à verificação da taxa de rendimento escolar dos alunos, isso porque mesmo se a escola passar de ano o aluno sem que ele tenha apreendido, seja por problema de aprendizado do aluno ou problema de ensino da escola, ficará visível conforme o desempenho da escola no IDEB (SOARES; SCARDOVELLI, 2010).

Ao analisar a educação exclusivamente pelo IDEB, conforme provas aplicadas em 2007 e 2009, houve melhora do ensino público nas escolas do Brasil, o que vai ao encontro da opinião dada pela amostra na pesquisa feita pelo IPEA. Dos entrevistados que acreditam que melhorou e dos que acreditam que piorou, por regiões, os resultados são os seguintes: nas regiões Sul e Sudeste, o percentual de pessoas que acham que o a educação nas escolas públicas melhorou é menor que nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste; no Sul e no Sudeste esse percentual não chegou a 50%, já nas outras regiões passou de 50%. Os dados do IDEB também podem ajudar a explicar esses percentuais ao se levar em conta que as regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste tiveram uma melhora maior no IDEB, tendo em vista que partem de um índice menor, diferente da melhora do Sul e do Sudeste. O Centro-Oeste teve uma melhora de 26%, o Norte de 37%, o Nordeste de 22%, enquanto a região Sudeste melhorou 19% e a Sul somente 15% (IPEA, 2011).

Relacionando esses indicativos ao PBF, sabe-se que o maior público beneficiado pelo programa está nas regiões Norte e Nordeste, então, percebe-se que nessas regiões é possível relacionar essa melhora nos índices com o Programa. São mais crianças e com maior frequência indo às escolas. Também há a questão do mapeamento das faltas justificadas, o que possibilita o Estado intervir e melhorar a qualidade do acesso a essas crianças (SILVA; BRANDÃO; DALT, 2009). Já na região Sul, o Programa realmente tem menos beneficiados, o que traz um impacto menor, em termos gerais, a possíveis reflexos do programa. Essa menor quantidade de benefícios faz com que essa região seja menos impactada pelos aspectos que o programa pode beneficiar, melhorar e modificar.

As escolas públicas têm um importante papel para o sucesso do PBF, já que elas têm como dever controlar a frequência dos alunos (VIEIRA, 2008). Contudo, muitos especialistas defendem a ideia de que não se deveria cobrar contrapartida das pessoas, pois atuar e tentar resolver problemas sociais são obrigação do Estado. De acordo com o Vieira (2008), as condicionalidades do PBF violam os direitos humanos, pois se é um direito humano deve ser garantido pelo simples fato do indivíduo existir, então, o Estado não pode “exigir” condicionalidades ou contrapartidas. As políticas sociais implantadas no Brasil hoje amenizam os efeitos da desigualdade e da pobreza, mas não afetam os motivos dos desequilíbrios sociais e isso pode ter um efeito não tão positivo como se espera, mas acaba mantendo a pobreza (VIEIRA, 2008).

3 PBF E EDUCAÇÃO EM SÃO LEOPOLDO

3.1 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA FAMÍLIA

Medir a pobreza através da insuficiência de renda da família parece ser “um bom indicador de carência” (BARROS et al., 2003, p. 1). Porém, existem outros aspectos, como acesso ao conhecimento e à saúde, que também influenciam na pobreza. Cada indivíduo tem suas preferências e suas escolhas do que é necessário, melhor e mais importante, e este julgamento é subjetivo. A dimensão da pobreza da saúde, da educação, da segurança e da renda, para cada pessoa na sociedade, é, portanto, diferente (BARROS *et al.*, 2003).

Com base no cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), técnicos do IPEA desenvolveram o Índice de Desenvolvimento da Família (IDF). Ele é um indicador que permite comparações e avaliações de impactos dos programas sociais, possibilitando, assim, apurar o grau de vulnerabilidade de cada família do CadÚnico. O IDF permite que cada município promova ações, complementares ao PBF, mais específicas de acordo com o perfil da vulnerabilidade das famílias do CadÚnico. O IDF varia entre 0 e 1, de acordo com as condições da família. Quanto melhor, mais próximo de 1, e quanto piores as condições da família, mais próximo de 0. O IDF analisa a família, não o indivíduo, mas se baseia nos dados pessoais dos integrantes da família. O IDF de cada cidade, estado ou região é obtido com base nas informações do CadÚnico, portanto, se restringe somente à população cadastrada. Este indicador parte do debate com a sociedade, pois é esta quem define qual dimensão deve ter um peso maior, ou seja, o que é mais relevante para a realidade daquela sociedade. As dimensões definidas pelo IDF são: vulnerabilidade, acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho, disponibilidade de recursos, desenvolvimento infantil e condições habitacionais (MDS, 2011b).

Conforme dados da Tabela 1, das famílias cadastradas no CadÚnico no Rio Grande do Sul, as famílias do município de São Leopoldo representam 2,8% do total do estado.

Tabela 1: Total de famílias do CadÚnico do Rio Grande do Sul e de São Leopoldo, em junho de 2011

Cadastro Único	Estado	Município
Total de famílias cadastradas	845.810	24.002
Total de famílias cadastradas com renda <i>per capita</i> mensal de até ½ salário mínimo	775.951	21.165
Total de famílias cadastradas com renda <i>per capita</i> mensal de até R\$ 140,00	3.659.893	17.897

Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de MDS (2011a).

Pode-se observar, a partir da Tabela 2, que o IDF das famílias do CadÚnico do Rio Grande do Sul e de São Leopoldo são semelhantes. Entretanto, na composição desse índice, o município e o estado se diferenciam.

Tabela 2: IDF das famílias do CadÚnico do Rio Grande do Sul e de São Leopoldo, em 2010

IDF e Dimensões	Estado	Município
IDF	0,60	0,61
- Vulnerabilidade	0,69	0,67
- Acesso ao conhecimento	0,45	0,45
- Acesso ao trabalho	0,25	0,22
- Disponibilidade de recursos	0,50	0,50
- Desenvolvimento infantil	0,93	0,92
- Condição habitacional	0,80	0,88

Fonte: Elaborada pela autora a partir de MDS (2011a).

São Leopoldo se destaca em relação ao estado na condição habitacional dessas famílias que, de acordo com o índice, parece ser um pouco melhor que o do estado. Já em relação ao acesso ao trabalho, o valor em São Leopoldo é mais baixo que o do estado, porém a diferença é menor que a condição habitacional.

3.2 IDEB E ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL

O município de São Leopoldo conta com 45 escolas municipais, sendo que dez são de educação infantil. Dentre as demais escolas (35), 16 oferecem o ensino fundamental até a 8ª série. Em São Leopoldo, nenhuma escola municipal possui o ensino médio. Para que se desenvolva a reflexão proposta neste artigo, analisou-se a frequência e o índice de aprovação de alunos beneficiados pelo programa e os alunos não beneficiados a partir do IDEB das escolas com melhor e com pior desempenho. Em São Leopoldo, o IDEB do município é maior que a média nacional. Em 2005, era 4,2%, passando para 4,3%, em 2007, e, na avaliação, em 2009, representou 4,7% para as séries iniciais do ensino fundamental. O IDEB das séries finais do ensino fundamental foi 3,5%, em 2005, 3,7%, em 2007, e 4,3%, em 2009.

Das 16 escolas municipais de São Leopoldo, que tem o ensino fundamental completo, pode-se observar que a E.M.E.F. Professora Maria Gusmão de Britto, fundada em 1959, é a que apresentou melhor IDEB em 2009, com índice de 6,1% para as séries iniciais e de 5,2% para as séries finais do ensino fundamental. Das 16 selecionadas, neste mesmo ano, a escola com pior IDEB foi a E.M.E.F. João Belchior M. Goulart, que apresentou índices de 3,8% nas

séries iniciais e de 2,9% nas finais, índices consideravelmente menores que a média do município (Tabela 3).

Tabela 3: IDEB das 16 escolas municipais de São Leopoldo com ensino fundamental completo, período de 2005/2007/2009

Escolas	4ª série			8ª série		
	2005	2007	2009	2005	2007	2009
Castro Alves	4,5	4,7	4,7	3,6	3,8	4,4
Dr. Paulo da Silva Couto	4,4	4,3	4,4	-	3,5	4,3
João Belchior M. Goulart	3,5	3,4	3,8	2,8	2,9	2,9
Paul Harris	4,8	5	5,1	-	-	4,8
Paulo Beck	3,7	3,9	4,3	-	-	3,5
Prof. Emílio Meyer	4,8	4,8	5,5	-	-	5,1
Prof. João C. Hohendorff	3,7	4,2	5	3	3,6	4
Prof. Jorge Germano Sperb	3,6	3,7	4,2	-	-	-
Prof. José Grimberg	4	4,9	5,8	-	-	4
Prof. ^a Maria Gusmão Britto	5,5	5,6	6,1	-	-	5,2
Prof. ^a Otilia Carvalho Rieth	5,2	4,8	5,4	3,9	4,1	4,7
Prof. ^a Dilza Flores Albrecht	4,1	4,3	4,8	3,5	2,9	3,8
Santa Marta	3,6	3,3	4,2	-	-	3,8
Senador Salgado Filho	3,6	4,1	4,3	3,2	3,3	3,9
Zaira Hauschild	4,4	4,2	4,6	3,2	3,7	3,9
Olimpio Vianna Albrecht	4,3	4,6	4,7	3,6	3,2	4,3

Fonte: Elaborado pelas autoras partir de dados da SMED (2011a) e Portal IDEB (2011).

A E.M.E.F. Professora Maria Gusmão de Britto recebeu o prêmio “*top of mind 2006*” e está próxima do centro da cidade, num bairro de classe média alta e com melhor infraestrutura. A E.M.E.F. João Belchior M. Goulart, por outro lado, está situada num dos bairros mais carentes de São Leopoldo e é de certa forma, uma escola nova, pois foi fundada em 1989, a partir da mobilização dos moradores desse bairro, que em grande parte são oriundos do interior do estado e se radicaram no município, atraídos pela possibilidade de emprego em Novo Hamburgo. Este bairro situa-se na divisa com Novo Hamburgo, onde, na época, se ofereciam muitas vagas de trabalho em função do setor coureiro-calçadista.

3.2.1 Contextualização da E.M.E.F. Professora Maria Gusmão de Britto (Gusmão)

De acordo com entrevista realizada com a supervisora da instituição, Karla Almeida Bassuino, os alunos dessa escola têm uma estrutura familiar, no geral, sólida, mesmo que os pais tenham pouco tempo para orientar os filhos devido ao trabalho. São famílias presentes na escola e que veem a educação como um fato importante na vida de seus filhos.

Estas pessoas veem na educação a possibilidade de melhorar de vida e são famílias que têm essa visão nos seus conceitos. As crianças e adolescentes, que estudam nessa escola, têm perspectivas de futuro, falam em seus sonhos, profissões, etc. Elas têm a intenção de continuar estudando após o término do ensino fundamental. Contudo, acontecem alguns casos de reprovação persistente, porém, mesmo assim, a família opta pela continuidade da criança na escola. Isso ocorre porque os pais têm a segurança de que, estando na escola, os filhos (a criança ou o adolescente) estão fora de ambientes hostis (BASSUINO, 2011).

Na escola Gusmão, a supervisora não percebe que os alunos beneficiados pelo programa frequentem as aulas somente pela condicionalidade, esses beneficiados se empenham e se dedicam como os demais alunos que não recebem o auxílio do governo. Inclusive, não comentam que recebem a ajuda, pois só os funcionários que trabalham diretamente no repasse das informações para o acompanhamento da frequência escolar dos beneficiados tem conhecimento de quem são os beneficiados pelo PBF.

3.2.2 Contextualização da E.M.E.F. João Belchior M. Goulart (João Goulart)

Esta escola está situada em uma região carente de São Leopoldo, de acordo com o documentário produzido por Rodrigo Duarte et al. em 2008 (PROJETO SOCIAL, 2008). Nesta escola, há alunos que, na grande maioria, possuem pais que não valorizam o ensino e nem veem na educação uma forma de progredir na vida. Isso contribui para que estas crianças expressem completa falta de interesse já nos primeiros anos na escola. Nessa escola, conforme relato dos entrevistados no documentário, os pais não acompanham o desenvolvimento escolar dos filhos e em alguns casos querem, inclusive, que a escola se responsabilize por parte da educação que deveria vir de casa.

Nas zonas mais carentes da cidade, como o bairro onde a escola João Goulart está inserida, há uma relação intensa entre a escola e a comunidade, pois, além de ensinar as crianças da região, a escola é o local de lazer destes meninos e meninas no fim de semana e, muitas vezes, o único contato com atividades culturais, como nas atividades da Escola Aberta (PROJETO SOCIAL, 2008).

A diversidade de realidades dentro dessa escola tem aspectos positivos e negativos, pois, algumas vezes há atritos. A escola passa a resolver problemas que não tem relação direta com a educação, como questões de família e da comunidade. Inclusive, questões relacionadas à violência (PROJETO SOCIAL, 2008).

Os entrevistados deste documentário chamam a atenção para o fato de que, na maioria dos casos, os alunos não falam no futuro, em perspectivas do que querem ser e o que planejam para suas vidas. Isto, para um dos entrevistados, reflete a limitação do futuro do aluno e afirma que esta falta de visão do futuro é mais forte naqueles alunos com maior dificuldade no aprendizado (PROJETO SOCIAL, 2008).

De acordo com entrevista realizada com as supervisoras da escola, Mônica Stael Konrath e Ana Beatriz Wittmann, atualmente, os pais dos alunos, ainda em alguns casos, demonstram desinteresse pela educação do filho e pela educação em geral. Porém, para reverter esse quadro, a escola vem trabalhando o valor do estudo nessa comunidade, conscientizando esses pais e alunos do por que estudar, tentando mostrar outras perspectivas de

futuro, diferentes daquelas visualizadas por eles no seu dia a dia. Outro papel da escola é conscientizar os pais de que o aluno, enquanto menor, é responsabilidade deles.

Com a mudança da direção da escola em 2011, quando foi escolhido um professor que mora na vila da escola e que tem maior contato com as famílias dos alunos, as supervisoras perceberam um maior respeito, por parte dos alunos, com a direção. Os alunos acreditam que o diretor poderá encontrar os pais na rua e fazer reclamações e essa convivência contribuiu para a mudança da visão da autoridade (KONRATH; WITTMANN, 2011).

As supervisoras da escola percebem, entre os beneficiados do PBF, que alguns, não a maior parte dos alunos, frequentam a escola somente em função da condicionalidade. Mudanças no sistema tornaram, atualmente, mais fácil a informação da frequência dos alunos participantes, inibindo um maior número de faltas. A entrevista com as supervisoras revela que diante do quadro social vulnerável dessas famílias, passa a ser difícil trabalhar com tantas realidades e que o contexto cultural dessas crianças pesa no reconhecimento da educação como forma de ascensão social. Observa-se, portanto, que a condicionalidade em si não muda a perspectiva de vida. Porém, as diferentes realidades, a convivência com outras possibilidades e crianças com outras perspectivas são fatores que impulsionam a mudança.

3.3 FREQUÊNCIA E DESEMPENHO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.1 Alunos beneficiados pelo PBF em São Leopoldo e frequência

As Tabelas 4 e 5 apresentam a relação do número total de alunos e o de alunos beneficiados pelo PBF das escolas estudadas, de 2006 a 2011, bem como o percentual de faltas nas duas escolas, o que nos ajuda a compreender as diferenças de perfil de cada escola, comunidade e de seus alunos, com vistas a compreender o perfil das famílias beneficiadas.

Tabela 4: Total de alunos e de alunos beneficiados pelo PBF da E.M.E.F. João Belchior M. Goulart de São Leopoldo, no período de 2006-2011

Alunos	out-nov/2006	out-nov/2007	out-nov/2008	out-nov/2009	out-nov/2010	ago/2011
Total de alunos	1412	1.369	1.427	1.416	1.381	1.321
Total de beneficiados PBF	253	518	346	498	490	604
Frequência (%)	100%	99,80	98,26	99,60	100	82,28
Alunos que faltaram	-	1	6	2	-	107
% de alunos beneficiados	17,92	37,84	24,25	35,17	35,48	45,72

Fonte: Elaborado pela autora a partir de SMED (2011b).

Tabela 5: Total de alunos e de alunos beneficiados pelo PBF da E.M.E.F. Maria Gusmão de Britto de São Leopoldo, no período de 2006-2011

Alunos	out-nov/2006	out-nov/2007	out-nov/2008	out-nov/2009	out-nov/2010	ago/2011
Total de alunos	1.212	1.178	1.227	1.162	1.126	1.003
Total de beneficiados PBF	28	36	24	29	39	25
Frequência (%)	100	100	100	100	97	100
Alunos que faltaram	-	-	-	-	1	-
% de alunos beneficiados	2,31	3,06	1,96	2,50	3,46	2,49

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de SMED (2011b).

A partir dos dados fornecidos pela SMED (2011b), verifica-se que as escolas eleitas nesta pesquisa são completamente diferentes em relação ao total de beneficiados do PBF em relação ao total de alunos. Pode-se observar que a escola João Goulart, com exceção de 2007 para 2008, que diminuiu o percentual dos alunos beneficiados pelo programa, apresenta uma tendência de aumento dos alunos beneficiados, sendo que em agosto de 2011, 45,72% de alunos fazem parte do PBF. Na escola Gusmão, por outro lado, a realidade é bem distinta, já que o percentual de alunos beneficiados pelo programa não é representativo. No período analisado, o maior percentual foi 3,46%, em 2010, e conforme o relato da supervisora da escola, exceto os que têm envolvimento com o envio da informação de frequência, ninguém comenta ou fala que recebe o benefício.

Percebe-se, novamente, a influência do meio no desempenho geral do cumprimento da condicionalidade. Onde há um número maior de beneficiários, portanto, num entorno de condições socioeconômicas tendendo à vulnerabilidade, há maior número de faltas. Por outro lado, onde as condições são melhores, a frequência tende a 100%. Estes dados indicam que a motivação depende, em grande parte, do meio social, familiar e do próprio convívio na escola com outras crianças motivadas.

Quando são analisadas as repercussões por descumprimento das condicionalidades, verifica-se que, percentualmente, no estado representam 3,08% enquanto em São Leopoldo são 4,7%. Ou seja, o município apresenta um percentual maior que a média estadual (Tabela 6).

Tabela 6: Público das condicionalidades e resultado do acompanhamento das condicionalidades no Rio Grande do Sul e em São Leopoldo, em 2011

Público/Resultado	Total	Estado	Data de Referência	Município	Data de Referência
Público das condicionalidades	Total de beneficiários com perfil educação (6 a 15 anos)	544.663	04/2011	10.419	04/2011
	Total de beneficiários com perfil educação (16 e 17 anos)	34.099	04/2011	523	04/2011
Resultado do acompanhamento das condicionalidades	Total de beneficiários acompanhados pela educação (06 a 15 anos)	492.487	04/2011	9.862	04/2011
	Total de beneficiários acompanhados pela educação (16 e 17 anos)	26.296	04/2011	435	04/2011
	Total de repercussões por descumprimento das condicionalidades	17.848	07/2011	492	07/2011
	Total de famílias com registro de acompanhamento familiar	1.982	07/2011	1	07/2011

Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de MDS (2011a).

Ao analisar as famílias com acompanhamento, há uma situação inversa, ou seja, 0,3% no estado e menos de 0,01% em São Leopoldo, o que indica que o descumprimento da condicionalidade no município, em geral, é passageiro.

3.3.2 Desempenho dos alunos beneficiados pelo PBF em São Leopoldo

Na Tabela 7 verifica-se que o percentual de reprovação do total de alunos do ensino fundamental do município é alto. Nos anos de 2008 e 2009, este índice diminuiu e, em 2010, cresceu um pouco, entretanto, não atingiu o percentual do ano de 2008. No que se refere aos alunos das escolas de ensino fundamental da rede municipal de São Leopoldo, o total de evasão escolar não é muito significativo no período de 2006 a 2010, já que manteve média de 430 alunos evadidos, ou seja, 2,15% na média do período.

Tabela 7: Total de alunos das escolas municipais de ensino fundamental de São Leopoldo, no período de 2006-2010

Alunos	2006	2007	2008	2009	2010
Total	18.529	20.246	20.727	20.471	20.378
Aprovados	14.915	16.204	17.121	17.100	16.932
Reprovados	3.236	3.578	3.158	2.950	2.989
Evadidos	378	464	448	421	457
Percentual de reprovação*	17,83	18,09	15,57	14,71	15,00
Percentual de evasão	2,04	2,29	2,16	2,06	2,24

Nota: (*) percentual do total de alunos que completaram o ano na escola.

Fonte: Elaborada pela autora a partir de SMED (2011b).

Ao considerar a soma da evasão mais a reprovação, tem-se um índice preocupante no município e isso aumenta ainda mais a inquietação quando são avaliadas, separadamente, as duas escolas em estudo: dois mundos diferentes, convivendo na mesma cidade (Tabelas 8 e 9).

Tabela 8: Total de alunos da 4ª e 8ª séries da E.M.E.F. João Belchior M.Goulart de São Leopoldo, período de 2006-2010

Alunos	4ª série					8ª série				
	2006	2007	2008	2009	2010	2006	2007	2008	2009	2010
Total	200	195	180	177	158	79	64	74	110	77
Aprovados	146	139	126	112	118	54	50	60	85	53
Reprovados	26	33	36	47	23	9	9	8	11	14
Transferidos	21	16	17	14	9	15	1	6	9	6
Evadidos	7	7	1	4	8	1	4	0	5	4
Percentual de reprovação*	15,12	19,19	22,22	29,56	16,31	14,29	15,25	11,76	11,46	20,90
Percentual de evasão	3,50	3,59	0,56	2,26	5,06	1,27	6,25	0,00	4,55	5,19

Nota: (*) percentual do total de alunos que completaram o ano na escola.

Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de SMED (2011b).

Tabela 9: Total de alunos da 4ª e 8ª séries da E.M.E.F. Maria Gusmão de Britto de São Leopoldo, período de 2006-2010

Alunos	4ª série					8ª série				
	2006	2007	2008	2009	2010	2006	2007	2008	2009	2010
Total	233	179	158	146	90	-	-	132	135	132
Aprovados	213	160	156	133	85	-	-	129	127	119
Reprovados	11	14	2	7	5	-	-	3	6	9
Transferidos	0	5	0	6	0	-	-	0	2	4
Evadidos	0	0	0	0	0	-	-	0	0	0
Percentual de reprovação*	4,72	8,05	1,27	5,00	5,56	-	-	2,27	4,51	7,03
Percentual de evasão	0	0	0	0	0	-	-	0	0	0

Nota: (*) percentual do total de alunos que completaram o ano na escola.

Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de SMED (2011b).

Com os dados das tabelas 8 e 9, observa-se que o percentual de reprovações na escola João Goulart é, em todos os anos e séries da análise, mais que o dobro do percentual de alunos

reprovados na escola Gusmão, que é no estudo a escola municipal com ensino fundamental de 1ª e 8ª série com melhor IDEB, inclusive, maior que a média do município. Outro dado que chama a atenção é o percentual de evasão nessas escolas. Na escola Gusmão, em todos os períodos da análise, o percentual foi sempre igual a zero. Já na outra escola, a João Goulart, observa-se que o percentual de evasão, em alguns anos, é significativo e, em 2008, reduziu, porém, em 2009, começa a aumentar e, em 2010, este valor, na 4ª série, supera os anos anteriores e, na 8ª série, só fica inferior ao percentual de 2007. Ao considerar que os recursos e o tratamento destinado às duas escolas pelo município é igual, proporcional ao número de alunos, somente restam à condição familiar e ao entorno, como fatores diferenciadores nos quesitos interesse, evasão e repetência.

De acordo com informações cedidas pela Secretaria de Educação (SMED) de São Leopoldo, dois são os principais fatores que levam ao abandono da escola no meio do período letivo: a gravidez na adolescência e a desmotivação por consecutivas reprovações. Isto ocorre, principalmente, na escola João Goulart, que, no ano de 2011, começou um projeto com título: “Seguindo em frente”. Este projeto visa acelerar o aprendizado de alguns alunos que repetiram o ano muitas vezes e têm idade diferente da série que cursam. Este grupo de 70 alunos, no ano letivo de 2011, completará o ensino fundamental da 4ª a 8ª série com uma metodologia diferenciada (SMED, 2011b).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PBF, nos últimos anos, tem contribuído no combate à pobreza. Para produzir uma mudança social efetiva, contudo, é necessária uma mudança na qualificação social e num incremento da consciência social. Hoje o que existe no PBF para incentivar essa mudança social são as condicionalidades, em especial a ligada à educação, pois esta induz, se devidamente conduzida, ao aumento da consciência social e ao desejo de exercer os direitos, objeto de outras condicionalidades. No entanto, estas nem sempre são mecanismos de aprendizado. O sistema de oferta para satisfação dos direitos básicos no país ainda é muito precário, principalmente, em relação aos serviços de saúde e de educação.

Neste artigo, as observações da condicionalidade frequência escolar têm demonstrado uma melhora efetiva. Entretanto, para o tão esperado investimento em capital humano é necessário um pouco mais que só frequentar a escola. Para o sucesso e a melhora efetiva da sociedade nesse campo da educação é necessário que as pessoas modifiquem seus conceitos, passem a valorizar o ensino e acreditem na educação como pilar para um futuro melhor com menos dificuldades financeiras. Em outras palavras, o conhecimento somente se torna capital humano quando incorporado no fazer da pessoa e buscado como valor agregado ao seu

trabalho. Por isso, este processo precisa deixar de ser uma exigência, ou condicionalidade, do gestor público que oferece o benefício, e se tornar uma exigência do beneficiado que quer exercer seu direito de cidadão.

Observa-se, neste estudo, que o meio em que o aluno vive é determinante. Na escola com o pior IDEB, a evasão e a reprovação são bem maiores que na escola com melhor IDEB, embora se perceba uma tendência à redução, pelo menos nas séries iniciais do ensino fundamental. De acordo com os dados abordados neste artigo, observa-se que na escola Gusmão, o número de alunos beneficiados pelo PBF não é representativo, pois os alunos matriculados nesta escola, no geral, são de famílias estruturadas e que valorizam a educação e contribuem, incentivando seus filhos, a se empenhar na aquisição de conhecimento, vislumbrando um futuro melhor. Já a escola João Goulart é uma amostra relevante nesta análise do impacto do PBF, tendo em vista a porcentagem de beneficiados pelo programa em relação ao total de alunos é grande. Ao analisar a realidade das duas escolas de São Leopoldo, é observado que a seleção dos beneficiados do programa é coerente com a natureza do programa, pois a escola com maior número de alunos beneficiados do PBF é aquela situada em um bairro com pessoas em situação de vulnerabilidade social maior.

Com base nos dados analisados no artigo, evidencia-se uma inclinação à conscientização e à valorização do conhecimento a partir de uma educação melhor. Porém, a curto prazo, o PBF não tem condições de mudar a consciência da sociedade. Ele modifica um pouco, pois o convívio do aluno com uma realidade diferente da sua e o estímulo dos educadores poderá alterar aos poucos os hábitos e os valores culturais. Essa mudança é gradual e lenta e possivelmente só refletirá de uma forma mais visível ou significativa nas próximas gerações dessas famílias, hoje assistidas pelo programa.

Por fim, ao realizar este estudo também se percebe que o PBF está auxiliando na mudança de postura dessas famílias, mas é necessário mais rigor na cobrança das condicionalidades para evitar que o programa se torne paternalista e acabe acomodando e afastando ainda mais as crianças e suas famílias do exercício pleno da cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, R.P., CARVALHO, M., FRANCO, S. **O Índice de Desenvolvimento da Família (IDF)**. Rio de Janeiro: IPEA, 2003. (Texto para discussão, 986). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2003/td_0986.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2009.
- BASSUINO, Karla Almeida. Entrevista na E.M.E.F. Professora Maria Gusmão de Britto. [10 de novembro de 2011]. Entrevista concedida à autora.
- BRASIL. **Constituição da República de 1988**. Brasília, 2011.
- COTTA, T.C.; PAIVA, L.H. Programa Bolsa Família e a Proteção Social no Brasil. Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios. Brasília: IPEA, 2010. vol.1, cap.2, p.57-100.

Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_bolsafamilia_vol1.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2011.

CURRALERO, C.B.; SILVA, A.A.; XIMENES, D.A.; VASCONCELLOS, B.P.A.; AQUINO, K.K.N.C.; OLIVEIRA, K.S.; SILVA, A.C.F.; NILSON, E.A.F. **As Condiionalidades do Programa Bolsa Família**. Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios. Brasília: IPEA, 2010. vol.1, cap.5, p.151-178. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_bolsafamilia_vol1.pdf>. Acesso em: 22 abr.2011.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. FEE. **Estatística FEE**. Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese). Série Histórica. Idese 200. Disponível em:

<http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_idese.php?ano=2008>. Acesso em: 1 abr. 2012.

HOFFMANN, R. As transferências não são a causa principal da redução da desigualdade. **Econômica**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, jun. 2005. Disponível em:

<<http://www.uff.br/revistaeconomica/V8N1/RODOLFO.PDF>>. Acesso: 26 jun. 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA. IPEA. **Sistema de Indicadores de Percepção Social**. SIPS Educação. IPEA 2011. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/110228_sips_educacao.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2011.

MENDES, C.M.V.; PORTO Jr, S. Assimetria de Informação e Incentivos na Formação do Capital Humano: uma análise teórica sobre o caso do programa bolsa família. 2011.

Disponível em:

<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/30430/000734769.pdf?sequence=1>>.

Acesso em: 23 jul. 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. MEC. **Acompanhamento da Frequência Escolar de Crianças e Jovens em Vulnerabilidade - Condicionalidade Educação do Programa Bolsa Família**. Disponível em: <http://gestao2010.mec.gov.br/o_que_foi_feito/program_53.php>. Acesso em: 30 nov. 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. MDS. **Bolsa Família**. Relatório de Informações Sociais do Bolsa Família e do Cadastro Único.SENARC. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ascom/index.php?cut=aHR0cDovL2FwbGljYWNvZXNMubWRzLmdvdi5ici9zYWdpL2FzY29tL3NlbnFyYw==&loc=mdsSenarc>>. Acesso em: 26 set. 2011a.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. MDS. **Bolsa Família informa**.Brasília, n.157, 30 dez/2008. Disponível em:

<<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/informes/informe-gestores/Informe%20157.pdf>>.

Acesso em: 9 nov. 2011b.

PORTAL DA TRANSPARENCIA. Despesas. Transferências de Recursos. Programas. Ações. Disponível em:

<<http://www.portaldatransparencia.gov.br/PortalTransparenciaPrincipal2.asp>>. Acesso em: 7 set. 2011.

PORTAL IDEB. Disponível em: <<http://ideb.meritt.com.br/>>. Acesso em: 6 ago. 2011.

PROJETO SOCIAL - Escola João Goulart. Direção: Luiza Carravetta, Produção: Rodrigo Duarte *et al.* São Leopoldo: TV-Unisinos, 2008. 1 Fita de vídeo VHS (45min 44seg), son., color.

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO. SMED. São Leopoldo. **Escolas**. Disponível em:

<<http://www.portalsmedsl.com.br/>>. Acesso em: 06 ago. 2011a.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – SMED. São Leopoldo. Entrevista de disponibilização de dados sobre: total de alunos, aprovação, reprovação, evasão escolar e principais motivos de reprovação e evasão. [08 de novembro de 2011]. Entrevista concedida à autora. 2011b.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. **Ciência & saúde coletiva**, Rio de Janeiro, vol.12, n.6, p. 1.429-1.439, 2007. Disponível em:
<www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232007000600006&lang=pt>. Acesso em: 5 set. 2009.

SILVA, A.P.; BRANDÃO, A.; DALT, S. educação e Pobreza: o impacto das condicionalidades do Programa Bolsa Família. **Revista Contemporânea de Educação**, UFRJ, Rio de Janeiro, v.4, n.8, p. 296-313, ago./set.2009. Disponível em:
<http://www.educacao.ufrj.br/revista/indice/numero8/artigos/05_Educacao_e_pobreza_o_impacto_das_condicionalidades_do_programa_bolsa_familia.pdf>. Acesso em: 26 set. 2011.

SILVEIRA NETO, R.M. **Os Impactos do Programa Bolsa Família Sobre a Frequência à Escola: estimativas a partir de informações da pesquisa por amostra de domicílio (PNAD)**. Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios. Brasília: IPEA, 2010. vol.2, cap.2, p.53-72. Disponível em:
<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_bolsafamilia_vol2.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2011.

SOARES, F.V. O Assistencialismo e o Bolsa Família. Brasília: MDS, 2006. Disponível em:
<<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/artigos/artigo-o-assistencialismo-e-o-bolsa-familia>>. Acesso em: 3 set. 2009.

SOARES, S ; SCARDOVELLI, E. **O que é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica?** Abril, Rio de Janeiro, 07 julho 2010. Disponível em:
<<http://educarparacrescer.abril.com.br/indicadores/ideb-299357.shtml>>. Acesso em: 04 dez. 2011.

TAPAJÓS, L; QUIROGA, J.; RITZI, R.B.S.; TAGA, M.F.L. **A Impostância da Avaliação no Contexto do Bolsa Família**. Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios. Brasília: IPEA, 2010. vol.2, cap.2, p.53-72. Disponível em:
<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_bolsafamilia_vol2.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2011.

VIEIRA, M.C.R. **Programa Bolsa Família – PBF: acompanhamento da educação como condicionalidades para promoção de cidadania**. Políticas Públicas. Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Brasil. 2008. Disponível em: < <http://www.ipc-undp.org/publications/mds/6P.pdf> >. Acesso em: 26 set. 2011.